



PROJETO DE LEI Nº

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATO DE CESSÃO GRATUITA DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO COM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA MILITAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Venda Nova do Imigrante**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte;

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Contrato de Cessão Gratuita de Uso de Bem Imóvel Público com o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO – PMES**, com a finalidade exclusiva de abrigar e manter em funcionamento o Destacamento da Polícia Militar de Alto Caxixe.

Art. 2º. O imóvel objeto da cessão localiza-se na Avenida Nelson Mieis, nº 1.577, Bairro Bela Vista, Distrito de Alto Caxixe, Município de Venda Nova do Imigrante/ES, inscrito sob cadastro imobiliário municipal nº 0200340354001, contendo área construída composta por alojamento, sala de equipe de serviço, cozinha e banheiro social, conforme relatório técnico de vistoria da Polícia Militar/ES.

Art. 3º. A cessão de uso de que trata esta Lei será efetuada a título gratuito, destinando-se exclusivamente às atividades operacionais, administrativas e de apoio do Destacamento da Polícia Militar, sendo vedada sua utilização para quaisquer fins estranhos ao interesse público e à segurança da coletividade.

Art. 4º. Caberá à cessionária a responsabilidade pela conservação do imóvel, bem como pelas despesas relacionadas a consumo de água, energia elétrica,



telefone, internet, tributos e demais encargos incidentes sobre o uso do bem, nos termos a serem definidos no instrumento contratual.

Art. 5º. O prazo de vigência da cessão será de 01 (um) ano, iniciando em 2 de janeiro de 2026 e encerrando em 1 de janeiro de 2027, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que mantido o interesse público que fundamenta a avença.

Art. 6º. O contrato será rescindido automaticamente caso haja desvio de finalidade, descumprimento das cláusulas pactuadas ou cessação do interesse público que justificou a sua celebração.

Art. 7º. As condições complementares, obrigações específicas das partes e demais disposições operacionais constarão do Contrato de Cessão de Uso a ser firmado entre o Município de Venda Nova do Imigrante e o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Polícia Militar.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Venda Nova do Imigrante, 02 de dezembro de 2025

DALTON PERIM
Prefeito Municipal



DO: GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

AOS: SENHORES VEREADORES E PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

J U S T I F I C A T I V A

PROJETO DE LEI Nº

Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

Submete-se à elevada apreciação desta Augusta Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que **visa autorizar o Poder Executivo a celebrar Contrato de Cessão Gratuita de Uso de Bem Imóvel Público com o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Polícia Militar, para fins de instalação e permanência do Destacamento da PM no Distrito de Alto Caxixe**, neste Município de Venda Nova do Imigrante.

Não se trata, aqui, de mera liberalidade administrativa ou de um gesto de conveniência política transitória. Trata-se, isto sim, de medida imbuída dos mais altos princípios constitucionais que regem a Administração Pública e o próprio pacto social, a segurança coletiva, a preservação da ordem, a tutela da vida e da propriedade, fundamentos essenciais de qualquer sociedade civilizada.

O imóvel objeto da cessão, situado às margens da Avenida Nelson Mieis, nº 1.577, Bairro Bela Vista, no Distrito de Alto Caxixe, encontra-se atualmente ocupado pelo Destacamento da Polícia Militar, exercendo função estratégica para a segurança daquela comunidade e de toda a região adjacente. Sua relevância transcende o plano meramente local, pois integra a estrutura de proteção do Estado em zona de expressiva circulação e crescente desenvolvimento urbano e rural.

Conforme atestado no **Relatório de Vistoria e Estado de Conservação do Imóvel**, elaborado pela Diretoria de Logística da Polícia Militar do Espírito Santo, a edificação apresenta condições adequadas de uso, conservação e funcionalidade, estando apta ao desempenho de suas atividades operacionais, com espaços devidamente

identificados, sala de equipe de serviço, alojamento, cozinha e banheiro social e estrutura compatível com as necessidades institucionais.

O Ofício encaminhado ao Município pela própria Polícia Militar revela que a presente iniciativa decorre de procedimento oficial de regularização patrimonial, que impõe a necessária formalização jurídica dos imóveis utilizados pela corporação, especialmente aqueles pertencentes a entes municipais.

A minuta do Contrato de Cessão de Uso Gratuito, por sua vez, estabelece de forma clara e equilibrada as obrigações de ambas as partes, fixando a destinação exclusiva do bem ao funcionamento do Destacamento de Polícia Militar, bem como impondo à cessionária o dever de conservação, zelo, manutenção e custeio das despesas ordinárias, preservando, assim, o patrimônio público municipal e assegurando sua correta utilização.

A iniciativa ora apresentada encontra amparo nos princípios da legalidade, eficiência, supremacia do interesse público e cooperação federativa. A Constituição da República não compartimentaliza os entes federados como ilhas isoladas, mas os concebe como partes harmônicas de um mesmo organismo estatal.

A segurança pública, em especial, é dever do Estado e responsabilidade de todos, impondo-se ao Município a cooperação institucional sempre que esta represente benefício direto à coletividade.

Negar abrigo jurídico e legislativo a uma estrutura que já protege o cidadão, que já se encontra integrada ao cotidiano da população e que já cumpre sua finalidade social seria ferir a lógica administrativa, afrontar a razão pública e debilitar aquilo que deveria ser fortalecido, a presença do Estado onde o cidadão mais necessita.

O Projeto de Lei, portanto, não cria ônus indevido aos cofres municipais, não compromete a disponibilidade de bens essenciais, não viola qualquer princípio de interesse coletivo. Ao contrário, **regulariza, protege, valoriza e fortalece** uma política pública de segurança que já está em curso e que merece, por justiça e por prudência, ser legitimada pelo Poder Legislativo.

Assim, diante da manifesta relevância social, jurídica e institucional da matéria, espera o Poder Executivo merecer desta Augusta Casa de Leis a aprovação



integral do presente Projeto de Lei, em nome da ordem, da segurança e da tranquilidade do povo de Venda Nova do Imigrante.

Venda Nova do Imigrante, 02 de dezembro de 2025

DALTON PERIM
Prefeito Municipal